

ANÁLISE DISCURSIVA DA CRÔNICA “MENTIRA E VERDADE”, DE CARLOS HEITOR CONY

Júlia Godinho SANTOS¹
Elia S. O. VALENTE

RESUMO

Carlos Heitor Cony foi um dos mais importantes cronistas contemporâneos, ocupante da quinta cadeira na Academia Brasileira de Letras, o autor deixou sua marca no jornalismo brasileiro. Neste trabalho, o intento é o de, por meio da análise de discurso, se efetivar a observação de como o jornalista, afetado pela memória e pela história, representante de uma formação discursiva específica, porta seu entendimento sobre o que é o jornalismo e como o compreende e procurar pistas sobre os pensamentos do autor. Na crônica, “Mentira e Verdade”, o autor, faz uma importante crítica ao uso indiscriminado da internet e a falta de regras no espaço virtual, e mostra uma preocupação com o futuro da profissão agora com essa nova plataforma, na qual o mais importante não é quem publica, e sim, onde é publicado.

PALAVRAS-CHAVE

Análise de Discurso; Crônica, Internet; mídia; Carlos Heitor Cony

1. Introdução

O caminho percorrido pela mídia para alcançar seu atual formato e amplitude tornou-se um tema discutido por diversos profissionais como jornalistas, sociólogos e historiadores. Entre eles, destaca-se Carlos Heitor Cony, que em suas crônicas e livros faz uma discussão sobre como o jornalismo era, onde o jornalismo está e quais as possíveis previsões para o seu futuro. Através de suas crônicas e seu livro “Quase Memórias”, o jornalista faz um retrato sobre como essa instituição funciona no Brasil.

Cony nasceu em 1926 e morreu no início de 2018. Filho do também jornalista Ernesto Cony Filho, é conhecido pelos muitos livros que escreveu, assim como por suas crônicas publicadas durante o período em que trabalhou em importantes jornais, como Folha de São Paulo e Gazeta do Povo.

¹ Graduanda em Letras pelas Faculdades Integradas Regionais de Avaré. – 18700-902 - e-mail: julia.godinhosantos@hotmail.com

Em suas crônicas, particularmente as escritas entre 2004 e 2010, Cony, demonstra uma visão mais cética e realista, mostrando-se, inclusive, muitas vezes preocupado com o futuro do jornalismo.

[...] O que não se compreende é esta cobrança antecipada, na base do sangue que deve ser levado com sangue. Neste particular, a mídia é cúmplice na sede de sangue por sangue, no pressuposto de agir em bem da sociedade, quando, muitas vezes, se trata apenas da concorrência entre veículos e profissionais do mesmo ofício. Certo, é um direito da sociedade saber de tudo. Mas é problemática a apreensão universal desse "tudo", de todos os atos lícitos ou ilícitos que acontecem no seio de uma sociedade. E tem mais: nem sempre os profissionais da mídia são tecnicamente indicados ou aparelhados para matar a sede de sangue que pretende lavar outros sangues. (CONY, *online*, 2004)

Já em outro momento mostra-se preocupado com o futuro da profissão, pois, com o surgimento da internet e a falta de leis, a informação tornou-se algo efêmero, qualquer pessoa pode escrever uma notícia e publicá-la.

O gigantismo da internet tem, porém, pés de barro. Se ganha no alcance, perde no poder de concentração e análise. Qualquer pessoa, medianamente informada ou sem informação alguma, pode manter uma fonte de notícias ou comentários com responsabilidade zero, credibilidade zero, coerência zero. O mercado da informação, que formaria o poder no mundo moderno, em breve estará tão poluído que dificilmente saberemos o que ainda não sabemos: o que é mentira e o que é verdade. (CONY, *online*, 2006)

Carlos Heitor Cony é um dos mais importantes autores de sua geração, suas crônicas formam uma narrativa, que possibilita estudar uma determinada época ou um determinado acontecimento. O jornalista com sua forma simples de falar, coloca em pauta a importância da crônica, pois esta leva em si uma parte do autor, sem precisar se preocupar com a objetividade.

Temos a crônica esportiva, a social, a policial, a política, a econômica. Elas se diferenciam do "artigo" porque é basicamente centrada num eixo permanente: o "eu" do autor. Daí que o gênero é romântico por definição e necessidade. O artigo procura a objetividade, a clareza, o raciocínio, o desdobramento de premissas e uma conclusão. Baseia-se na fonte de informação cultural ou factual, expressa-se numa linguagem apropriada para ser uma coisa e outra, ou seja, objetiva e informativa. Já a crônica, gravitando em torno dos mesmos segmentos (política, esporte, economia, polícia, sociedade etc.) tem menos ou nenhum compromisso com a objetividade ou a informação. (CONY, *online*, 1998).

Ao participar do cenário jornalístico por mais de quatro décadas, Carlos Heitor Cony, sem dúvida, imprimiu sua marca, estabeleceu parâmetros. Cony, usando o espaço da internet, criou uma narrativa sobre a história do jornalismo e mostrou sua preocupação com o que irá acontecer com o jornalismo no futuro. Assim sendo, o objetivo deste trabalho é debruçar-se

sobre alguns dos textos desse autor evidenciando, a partir da Análise do Discurso (de linha francesa), como se construiu a argumentatividade dessas crônicas vinculadas ao meio social, cuja temática aborda a evolução jornalística, sendo capaz de levar o leitor a refletir sobre tais mudanças que podem ser efetivamente comprovadas décadas depois de anunciadas pelo autor.

2. Breves considerações sobre a Análise do Discurso

No uso mais comum da palavra, discurso representa aquilo que é solene ou mesmo uma exposição metódica de algum assunto. Maingueneau (1989) mostra como o discurso vai muito além disso. Ele “mobiliza estruturas de uma nova ordem que não a frase” (MAINGUENEAU, 1989, p.52), o discurso não está relacionado a longas frases como se imagina, um pequeno provérbio consegue formar uma unidade completa.

Do interesse pelos efeitos de sentido originados pelo dizer socialmente marcado, nasce na década de 60 a Análise do Discurso, buscando uma compreensão do fenômeno da linguagem não centrado apenas na língua, que seria um sistema ideologicamente neutro, mas num nível para além da dicotomia saussureana. (PAULON, 2014, p.27). Os teóricos da Análise do discurso descartam a neutralidade no exercício da linguagem, tendo em vista o uso da palavra ser fator social, historicamente marcado.

Um produto ideológico faz parte de uma realidade (natural ou social) como todo corpo físico, instrumento de produção ou produto de consumo; mas ao contrário destes, ele também reflete e retrata uma outra realidade, que lhe é exterior. Tudo que é ideológico possui um significado e remete a algo fora de si mesmo. Em outros termos, tudo que é ideológico é um signo. (...) A palavra é o fenômeno ideológico por excelência. (...) A palavra é o modo mais puro e sensível de relação social. (BAKHTIN/VOLOSHINOV, 1979, p.17-18).

A Análise do discurso, portanto, ocupa-se da produção de sentido em um texto, mas não como manifestação da superfície linguística, ela trata da relação íntima do homem com seu meio, que gera o discurso ideologicamente constituído, “[..] o lugar onde se manifesta o sujeito da enunciação e onde se pode recuperar as relações entre o texto e o contexto sócio- histórico que o produziu.” (GREGOLIN, 1995, p.13).

Nesse sentido, a análise de discurso busca “[...] explicar o sistema de regras que preside a constituição dos sentidos, bem como a ordem de necessidade a que o texto responde” (FIORIN, 1995, p.175). Complementando essa ideia, PAULON (2014, p.29) destaca que: “O sentido das palavras se dá no interior da formação discursiva, no espaço em que elas são produzidas, o que confirma o caráter material do sentido e do discurso”.

Na realidade não são palavras o que pronunciamos ou escutamos, mas verdades ou mentiras, coisas boas ou más, importantes ou triviais, agradáveis ou desagradáveis, etc. A palavra está sempre carregada de um conteúdo ou de um sentido ideológico ou vivencial (BAKHTIN, 2006, p. 98-99)

Segundo GREGOLIN (1995, p. 20) o discurso é um objeto, linguístico e histórico; entendê-lo requer a análise de dois elementos simultaneamente: como se constrói o sentido de um texto e como esse texto se articula com a história e a sociedade que o produziu.

O discurso é um dos aspectos da materialidade ideológica, por isso, ele só tem sentido para um sujeito quando este o reconhece como pertencente à determinada formação discursiva. Os valores ideológicos de uma formação social estão representados por uma série de formações imaginárias. (GREGOLIN, 1995, p.21).

Assim, a AD, busca entender como o discurso produz sentido, indo além da interpretação, trabalha com os processos de significação. “A análise de discurso visa a compreensão de como um objeto simbólico produz sentidos, como ele está investido de significância para e por sujeitos” (ORLANDI, 2000, p. 26). Segundo a autora, “os sentidos não estão nas palavras elas mesmas. Estão aquém e além delas”. (ORLANDI, 2000, p. 42), ou seja, os dizeres não são particulares de cada um, a história tem peso e determina o sentido das palavras, o homem tem a impressão de ser o dono do seu dizer, mas na verdade faz parte do jogo discursivo que se projeta pelo interdiscurso e não controla os efeitos de sentido promovidos pelo seu dizer. E conclui “por isso é inútil, do ponto de vista discursivo, perguntar para o sujeito o que ele quis dizer quando disse X” (ORLANDI, 2000, p.32). O analista, com seu próprio dispositivo de análise, explicita por meio das pistas discursivas as projeções de sentido do dizer, ou seja, procura explicitar como o texto se relaciona com o mundo, com a história, com a ideologia.

Neste trabalho, o intento é o de, por meio da análise de discurso, se efetivar a observação de como o jornalista Carlos Heitor Cony, afetado pela memória e pela história, representante de uma formação discursiva específica, porta seu entendimento sobre o que é o jornalismo e como o compreende.

Trata-se de um exercício de leitura pautado no como o discurso gera efeitos de sentido, atrelado ao mundo e à história. De acordo com Gregolin (2004), chegou o tempo de incorporar à análise a fluidez enunciativa da mídia, o discurso ordinário, as novas materialidades do mundo “pós-moderno” que se concretizam nos discursos. Para a análise de discurso, a história é um dos pontos mais importantes para o desenvolvimento, pois ela influencia o discurso dos sujeitos, afetados pela história e providos de ideologia.

A coerência visível em cada discurso particular é efeito da construção discursiva: o sujeito pode interpretar apenas alguns dos fios que se destacam das teias de sentidos que invadem o campo do real social. O efeito de coerência e unidade de cada texto é construído por agenciamentos discursivos que controlam, delimitam, classificam, ordenam e distribuem os acontecimentos discursivos em dispersão [...]. (GREGOLIN, 2007, p.16)

3. A crônica

A crônica moderna, tal qual a conhecemos hoje, é, não por acaso, produto do século XIX. Enquanto tal, traz consigo as marcas e aspirações de todo o arcabouço cultural que movimentou esse século, de certa forma, ligado às aspirações políticas e sociais da burguesia revolucionária do período, cujas inspirações literárias eram procuradas junto à gente simples, numa manifestação antielitista e antiaristocrata.

Enquanto gênero textual, a crônica é de tipo narrativa, surgida a partir de publicações em folhetins, e tratando, fundamentalmente, de eventos da vida diária, costumeiramente relatados de forma irônica, reflexiva, humorística, ou informativa, sendo que seu principal objetivo é de distrair os leitores através da imaginação e da reflexão sócio crítica.

Das duas espécies de folhetins publicados na imprensa do século XIX, a que deu origem ao gênero crônica – tal como o concebemos modernamente – foi o folhetim de variedades. E o que era este...? Nos rodapés dos jornais, ao mesmo tempo que cabiam romances em capítulos, também cabia – ainda quando em outras folhas – aquela matéria variada dos fatos que registravam e comentavam a vida cotidiana da província, do país e até do mundo. (BENDER e LAURITO, 1993, p. 16)

Embora, como enfatiza Sabino, a crônica vise “recolher da vida diária algo de seu disperso conteúdo humano, fruto da convivência, que a faz mais digna de ser vivida [...]” (1965, p.174), seu leitor em potencial não é o homem comum, iletrado e atrelado ao trabalho diário na busca pelo sustento. Esse tipo é personagem, não leitor.

Desde o século XIX essa característica se evidencia, é a forma do burguês se aproximar do mundo real e se sentir parte dele, como se compartilhasse dos augúrios do povo, talvez sempre esteve aí o motivo do sucesso desse gênero mutante que transita tão bem entre a literatura e o jornalismo.

A articulação discursiva entre as diferentes esferas parece exercer um fascínio nos cronistas, porque enquanto de um lado trabalha-se com o tempo, com o cotidiano que são marcas próprias dos discursos jornalístico e histórico, por outro lado mobiliza a fabulação da criação ficcional e poética do discurso da literatura. Assim, a crônica “discursiviza” o cotidiano e permite a possibilidade do equívoco. (MEDEIROS, 2004, p.94)

A palavra crônica tem sua origem no deus do tempo, *Chronus*. Isso porque, situada entre o gênero jornalístico e literário, ela mostra o cotidiano em determinada época. É a visão do tempo na qual foi escrita. “A palavra crônica deriva do Latim *chronica* e caracteriza, desde o início do cristianismo, um modelo de registro dos fatos históricos de acordo com sua ocorrência, ou seja, em ordem cronológica”. (MASSAUD, 1984, p. 245)

Como gênero narrativo ela contém a subjetividade do autor e seu olhar, sem perder a característica de algo que registra um fato. “A crônica é sempre de alguma maneira o tempo feito texto, sempre e de formas diversas, uma escrita do tempo” (NEVES, 1992, p.82). É considerada por muitos como um documento, testemunho do cotidiano vivido e observado, “[...] é possível uma leitura que as considere “documentos” na medida em que se constituem como um discurso polifacético que expressa, um “tempo social” vivido pelos contemporâneos como um momento de transformações “ (NEVES, 1992,p.76). Ainda, segundo Neves (1992), a crônica é o gênero que coloca o leitor entre o mundo da ficção e a história.

No seu início, ainda como folhetim, a crônica, ocupava o rodapé da página do jornal. Como esclarece Meyer “[...] *lefeuilleton* designa um lugar preciso do jornal: o *rez-de-chaussée-rés-do-chão*, rodapé geralmente da primeira página. Tem uma finalidade precisa: é um espaço vazio destinado ao entretenimento”. (1992, p.96). Tal finalidade se evidencia por esse ser um gênero híbrido, que fica entre dois diferentes mundos, o jornalístico e o literário. Para Lopez (1992) não era possível imaginar esse texto em um grande livro de literatura, pois mesmo sendo bem escrito é escrito no tempo de um jornal.

A simplicidade na forma de escrita da crônica é algo que faz a diferença, ela se apropria da objetividade do jornalismo e da subjetividade da literatura. Justamente nisso mora a preciosidade discursiva cuja constituição fez desabrochar o interesse pelo desenvolvimento deste trabalho, a fim de compreender os efeitos de sentido gerado no meio social.

4. A tessitura discursiva da crônica “Mentira e Verdade”

A crônica “Mentira e Verdade”, escrita em 2006 para o jornal Folha de S. Paulo, fala sobre o modo como a internet afeta o surgimento das notícias e o repasse delas, bem como o perigo que essa relação pode representar para a sociedade no futuro. A instauração ideológica do discurso é condição para sua existência, o que significa dizer que nele se insinua a ideologia processada pela formação discursiva do sujeito que enuncia. Assim sendo, ler a crônica e compreendê-la é um exercício de percepção bastante delicado, que começa já pelos efeitos de sentido gerados pelo sugestivo e complexo título **Mentira e Verdade**.

Os conceitos de verdade e de mentira são estudados desde os tempos mais remotos até agora por diferentes áreas, sendo a filosofia a mais intensamente dedicada no propósito de encontrar novas e consistentes definições. Para Marilena Chauí (2000), a nossa concepção de *verdade* segue três linhas diferentes: a grega, a latina e a hebraica. A autora explica que *verdade* em grego se diz *aletheia*, e isso significa *não-oculto*. “O verdadeiro é o que se manifesta aos olhos do corpo e do espírito; a verdade é a manifestação daquilo que é ou existe tal como é. O verdadeiro se opõe ao falso.” (CHAUI, 2000, p.123). Já em latim verdade se diz *veritas* e remete a precisão. “Se refere à precisão, ao rigor e à exatidão de um relato, no qual se diz com detalhes, pormenores e fidelidade o que aconteceu. Verdadeiro se refere, portanto, à linguagem enquanto narrativa de fatos acontecidos. (CHAUI, 2000, p.123).” Em hebraico *verdade* ganha um novo conceito se diz *emunah* e significa confiança. “Agora são as pessoas e é Deus quem são verdadeiros. Um Deus verdadeiro ou um amigo verdadeiro são aqueles que cumprem o que prometem, são fiéis à palavra dada ou a um pacto feito; enfim, não traem a confiança.” (CHAUI, 2000, p.123).

Sócrates e Descartes foram alguns dos mais importantes filósofos a estudar esse conceito, os dois são considerados a base do pensamento filosófico na busca pela compreensão da sociedade. Sócrates (469 a.C.- 399 a.C.) procurava fazer com que o homem percebesse a sua possibilidade de criar e reger coisas na natureza, e evidencia uma nova forma de se pensar, voltada para dentro de si mesmo. Buscando uma verdade que não viesse apenas com as questões divinas. René Descartes (1596-1650), importante filósofo francês que teve como principal contribuição para a filosofia a criação do método da dúvida metódica criou uma nova concepção do verdadeiro, para ele, o pensar é a única prova de uma verdade existente: “penso, logo existo”.

Marilene Chauí também fala sobre a infinita busca que existe em encontrar a verdade na sociedade contemporânea, onde é possível ter muita informação ao mesmo tempo, mas frisa como a verdade é algo subjetivo é essa busca nunca chegará a um fim.

Em nossa sociedade, é muito difícil despertar nas pessoas o desejo de buscar a verdade. Pode parecer paradoxal que assim seja, pois parecemos viver numa sociedade que acredita nas ciências, que luta por escolas, que recebe durante 24 horas diárias informações vindas de jornais, rádios e televisões,[...] Ora, é justamente essa enorme quantidade de veículos e formas de informação que acaba tornando tão difícil a busca da verdade, pois todo mundo acredita que está recebendo, de modos variados e diferentes, informações científicas, filosóficas, políticas, artísticas e que tais informações são verdadeiras, sobretudo porque tal quantidade informativa ultrapassa a experiência vivida pelas pessoas, que, por isso, não têm meios para avaliar o que recebem. [...], comparando todas as informações recebidas, descobrisse que elas “não batem” umas com as outras, que há vários “mundos” e várias “sociedades” diferentes, dependendo da fonte de informação. (CHAUI, 2000, p.113)

Cabe aqui ainda a diferenciação, no campo dos estudos sobre a verdade, a diferença entre efeito de verdade e o valor de verdade. Para tanto, o efeito de verdade, se baseia na convicção e só ocorre atrelado a um episódio de interação social, quando um sujeito tenta fazer com que o outro venha aderir às suas verdades, ou seja,

[...] está mais para o lado do “acreditar ser verdadeiro” do que para o do “ser verdadeiro”. Surge da subjetividade do sujeito em sua relação com o mundo, criando uma adesão ao que pode ser julgado verdadeiro pelo fato de que é compartilhável com outras pessoas, e se inscreve nas normas de reconhecimento do mundo. (CHARAUDEAU, 2009, p.49)

O valor de verdade, por sua vez,

[...] não é de ordem empírica. Ele se realiza através de uma construção explicativa elaborada com a ajuda de uma instrumentação científica que se quer exterior ao homem (mesmo que seja ele quem tenha construído), objetivamente e objetivada, que pode definir-se como um conjunto de técnicas de saber dizer, de saber comentar o mundo. (CHARAUDEAU, 2009, p.49).

Percebe-se a plenitude e a complexidade do tema a que se propõe a crônica, lembrando que a teia discursiva a que é submetido o novo dizer, direta ou indiretamente, projeta tudo que já se falou sobre o tema. Ou seja, o título não antecipa ou sintetiza nada do que se tratará no texto, antes disso, o torna vago e impreciso.

O texto se inicia com uma outra informação imprecisa, marcada pela palavra “alguns”, na passagem “*Alguns estudiosos afirmam que a mercadoria mais importante do mundo é a informação*”. O leitor fica com a impressão de que serão citados quais estudiosos dizem isso, como retomada intertextual, marcada pela referência. Entretanto, o que se vê é uma construção vazia e vaga, que não tem peso argumentativo, mas que projeta uma realidade discursiva preexistente sobre o assunto abordado.

Quanto à “*mercadoria mais importante do mundo*”, sabe-se que as mudanças que aconteceram ao longo dos tempos, em diversos aspectos e em diferentes segmentos culturais, mudaram drasticamente a rotina do homem e foram capazes de criar uma nova conduta social na qual a informação passou a ser patente necessária para o sucesso do homem.

Dessa forma, a informação atua enquanto um regulador da vida social, permeando todos os espaços e atuando em todas as atividades humanas. A capacidade de processar informações e transmiti-la entre os seus semelhantes é o que distingue o homem dos outros seres habitantes da Terra. (MESSIAS, 2005, p.20)

A informação já era moeda forte desde os primórdios da humanidade, na idade média, se escondiam livros e documentos para que a população não tivesse acesso e o conhecimento era restrito aos membros do clero, como uma forma de controlar a mente e as ações da

população. Os detentores da informação sempre ocuparam lugares de destaque no seu grupo social.

Na sequência o cronista afirma “*Quem detinha a informação era poderoso --daí que a mídia foi elevada a quarto poder, tese contra a qual sempre me manifestei, achando que a mídia é uma força, mas não o poder.*” Charles de Secondat, Montesquieu (1689-1755), filósofo iluminista, foi quem criticou a monarquia absolutista, em que todo o poder era concentrado na mão de apenas algumas pessoas, e escreveu o livro “O espírito das leis”, onde buscou entender a diversidade das legislações existentes e defendeu a organização do Estado em três poderes autônomos: legislativo, executivo e judiciário. Para ele a independência entre os poderes garantiria o equilíbrio do Estado e a liberdade do indivíduo. “Montesquieu conclui que “só o poder freia o poder”, daí a necessidade de cada poder [...] manter-se autônomo e constituído por pessoas diferentes”. (ARANHA, MARTINS, 214)

Quanto aos diferentes poderes, os três poderes foram divididos politicamente em: legislativo com poder de criar, alterar ou mesmo anular uma lei; executivo, cujo poder dá o direito de administrar os interesses do povo, exercido por quem coloca as leis em prática; e o Judiciário, aquele que tem o poder de julgar o cumprimento das leis.

Porém com o passar do tempo, mesmo com a divisão dos três poderes, passou a acontecer um certo abuso. Durante a Revolução Francesa surgiu o termo “Quarto Poder”, a mídia passou a representar uma força real, era ela quem contrapunha os poderes” pré-existentes” (ANDRADE, p.43)

Agindo, desta maneira, como uma espécie de contrapoder aos poderes clássicos. Ramonet demonstra a importância dos meios de comunicação dentro de um contexto democrático ao afirmar que estes possuem um papel fundamental no processo de elaboração e construção da opinião pública. Desta forma, Thompson defende que a produção, transmissão e recepção dos significados das formas simbólicas produzem uma espécie de poder “capaz de intervir no curso dos acontecimentos, de influenciar as ações dos outros e produzir eventos por meio da produção e da transmissão” dessas formas simbólicas. É essa capacidade que o autor denomina “Poder Simbólico” (ANDRADE, 2015, p.44)

Partindo deste pressuposto, a mídia teria o poder de transformar e criar diferentes realidades, cabendo a ela decidir o que deve ser noticiado ou não, e muitas vezes definindo a abordagem a ser feita sobre um determinado assunto a fim de modelar a opinião pública.

O cronista obriga o sujeito leitor a recuperar historicamente o conceito de “quarto poder”, se desejar compreender como a mídia se estabeleceu ao longo dos tempos. Lembrando que a compreensão de um discurso está diretamente atrelada aos processos históricos, o que não significa dizer que seja obrigatória a concordância com aquilo que a História afirma,

enquanto ciência, como o próprio cronista declara “(...) *tese contra a qual sempre me manifestei*”

[...] não há “fato” ou “evento” histórico que não faça sentido, que não peça interpretação, que não reclame que lhe achemos causas e consequências. É nisso que consiste para nós a história, nesse fazer sentido, mesmo que possamos divergir sobre esse sentido em cada caso. (HENRY, 1994, p. 51-52)

A expressão linguística “Com a chegada da internet” que abre o segundo parágrafo funciona discursivamente como a instauração de um novo tempo e desencadeia novas expectativas, nas palavras de Cony: “*Com a chegada da internet, suas imensas e inesperadas oportunidades, o monopólio da informação pulverizou-se. Os jornais, creio eu, foram os primeiros a sentir o golpe, os livros logo em seguida, havendo até a previsão de que ele acabará na medida em que se limitar ao seu atual desenho gráfico, que vem de Gutenberg.*”(Cony, 2016)

Vale lembrar aqui que a internet surgiu durante a guerra fria, como um projeto militar, no início a intenção era conectar os grandes centros universitários com o Pentágono e, assim, melhorar as pesquisas.

[...] a internet emergiu no contexto da Guerra Fria na década de 1960, a partir de um projeto do exército norte-americano. Os dois principais propósitos eram: criar um sistema de informação e comunicação em rede, que sobrevivesse a um ataque nuclear e dinamizar a troca de informações entre os centros de produção científica. (CORRÊA, 2013, p.17)

Com o passar do tempo a internet foi se modificando e as limitações que existiam antes foram superadas. A partir da década de 1980, a internet passou a ser usada de modo comercial o que fez com que ela expandisse e, assim, conectando o usuário comum com a rede mundial de computadores. Mas a real popularização aconteceu apenas no século XXI, mais precisamente a partir de 2010, quando um maior número de pessoas passou a ter acesso, graças à diminuição no custo e o acesso gratuito em alguns lugares públicos. (CORRÊA, 2013, p.21).

Toda essa ampliação da rede, historicamente falando, projetou maior e mais rápido acesso à informação, retratado no discurso em análise por uma projeção ideológica contrária, como se nota em “*o monopólio da informação pulverizou-se*”. Esse último vocábulo chama a atenção por seu aspecto negativo se pensado contextualmente, já que no dicionário (cf. Michaelis online) ele é descrito como:

Pulverizou-se

Verbo transitivo direto e pronominal.

Fazer com que (alguma coisa) se reduza a pó.

Propagar pó; cobrir de pó; jogar pó sobre (alguma coisa); polvilhar: pulverizou o ambiente com inseticida. [Por Extensão] Lançar borrifos (gotas), utilizando um pulverizador. (MICHAELIS, *online*)

Assim, “pulverizar o monopólio da informação” cria o efeito de sentido de “se reduzir”, “estar ao alcance de todos”, entretanto, “superficialmente”, “com pouca profundidade”. Estabeleceu-se então a ideia de redução da profundidade informativa, da qualidade do processo informativo, já que disseminada ela se torna “pó” espalhado. Esse efeito de sentido se confirma quando é empregado um outro signo com semelhante função: “(...) *Os jornais, creio eu, foram os primeiros a sentir o golpe, os livros logo em seguida (...)*”. O termo em destaque traz à memória do sujeito leitor uma série de acontecimentos atrelados à história e todos de caráter negativo. Novamente o dicionário será o ponto de partida para se explicar o efeito de sentido tendo em vista que dicionários não são apenas acervos de palavras descontextualizadas, é importante estabelecer que as definições neles propostas se consolidaram na palavra em uso e não a partir de um elemento isolado num sistema linguístico estruturalmente disponível. Auroux (1992, p. 39) afirma que os dicionários são vistos como um objeto discursivo que historiciza um dizer que remete aos conceitos discursivos e introduz marcas ideológicas e de tensões políticas.

O modo como o dicionário estabiliza os sentidos afeta as práticas discursivas e produz efeitos tanto sobre a produção do conhecimento como sobre a maneira de compreender o mundo. Portanto, os dicionários apresentam um acontecimento discursivo situado na história que exhibe alguns sentidos e que, no entanto, silencia vários outros. (NUNES, 2008, p. 119)

Conforme o dicionário Michaelis (*online*),

Golpe

1 Movimento brusco e violento, de ataque ou defesa, que atinge uma pessoa.

2 Pancada violenta com objeto contundente ou cortante sobre um objeto ou sobre uma pessoa ou um animal: O golpe que levou na cabeça, causado por um pedaço da marquise que despencou, quase a matou.

Recurso técnico nas modalidades de luta ou de artes marciais: Os golpes de kung fu livraram-no de um assalto.

4. Estratégia desleal para se obter vantagens

6 Desvio de dinheiro alheio (MICHAELIS, *online*)

Vislumbra-se nesta opção linguística um desenho ideológico de rebaixamento em relação às ações da internet no que se refere ao então veículo de comunicação “jornal” - o primeiro a sofrer o golpe”, seguido pelo “livro” – objeto valoroso para a sociedade – num discurso que enfatiza o aspecto popular superficial de avaliar os objetos de que dispõe, já que

o livro aqui é apresentado como produto com risco de extinção devido ao seu projeto gráfico “(...) de que ele acabará na medida em que se limitar ao seu atual desenho gráfico, que vem de Gutenberg.”, desconsiderando-se completamente o conteúdo que constrói o saber. Ou seja, a internet chegou para desencadear, na visão do enunciador, a desconstrução dos projetos consolidados com seriedade, deixando transparecer o seu incômodo diante da situação.

Ao referir-se a Gutenberg, por exemplo, ele remete o leitor a um fato histórico que colaborou com a evolução social e com a disseminação do conhecimento e que agora sofre a ameaça de ser massacrado pela virtualidade da internet. Johannes Gutenberg foi o responsável por aperfeiçoar a prensa, o que revolucionou o mundo. Em 1455, produziu uma Bíblia, que ficou conhecida como a bíblia de Gutemberg, foi o primeiro livro impresso.

Os efeitos da invenção de Gutenberg foram instantâneos e de alcance extraordinário, pois quase imediatamente muitos leitores perceberam suas várias vantagens: grande capacidade de produção, velocidade na distribuição, uniformidade de textos, custo menor. (RODRIGUES, 2012, p. 188)

Com a criação da prensa os custos da produção e distribuição de livros diminuíram consideravelmente e passaram a ficar acessíveis para mais pessoas, não apenas comercialmente, mas também aumentou a liberdade da sociedade “foram afrouxadas as proibições devido à impossibilidade de controlar uma demanda crescente por livros de todos os tipos.” (RODRIGUES, 2012, p. 189). Em síntese, ela representou um dos maiores avanços da humanidade. A escolha por empregar esta referência, ou a palavra *pulverizar* ou a seleção do termo *golpe* gera “efeitos de sentido para influenciar o outro, isto é, no fim das contas, escolha de estratégias discursivas” (CHARAUDEAU, 2009, p.39).

E o autor prossegue com seu discurso, numa construção um tanto quanto reveladora dos fatos futuros. Lembrando que ele não era nenhum sujeito com superpoderes para ler o futuro, ao contrário, por ser um sujeito crítico e observador dos fatos da sua história e da história da sociedade em geral, antever o crescimento da internet e as suas consequências não era nada difícil. Trata-se das paráfrases dos tempos, os fatos se repetem em outras versões e o enunciador sabe disso, não há como impedir:

Acontece que, mais cedo ou mais tarde, a mídia impressa ficará dependente não dos seus quadros profissionais, de sua estrutura de captação das informações. Qualquer pessoa, a qualquer hora do dia ou da noite, acessando blogs e sites individualizados, ficará por dentro do que acontece ou acontecerá. (CONY, 2006)

E quando parece estar finalmente concordando com aspectos positivos da internet no que se refere à distribuição de informações, conforme se lê: “*Em termos de amplitude, eles*

sempre ganharão de goleada da imprensa escrita e falada” e “O gigantismo da internet(...)”, a crônica segue introduzindo oposição a esta ideia, marcada linguisticamente pelo conectivo “porém”, seguido de severa crítica:

O gigantismo da internet tem, **porém**, pés de barro. Se ganha no alcance, perde no poder de concentração e análise. Qualquer pessoa, medianamente informada ou sem informação alguma, pode manter uma fonte de notícias ou comentários com responsabilidade zero, credibilidade zero, coerência zero. (CONY, 2006)

A expressão “pés de barro” conota a fragilidade da internet e fora intertextualmente recuperada do livro sagrado dos cristãos, a Bíblia. No velho testamento, mais precisamente no livro de Daniel (2:31 -33), O Rei da Babilônia, Nabucodonosor, teve um sonho do qual ele não se lembrava e foi a ele revelado pelo profeta Daniel. Nele o rei vira uma estátua com a cabeça de ouro, peitos e braços de prata, ventre e glúteos de cobre, pernas de ferro, porém pés ferro e barro, o que fez com que ao ser atingida por uma simples rocha a estátua inteira desabasse.

Carlos Heitor Cony faz alusão ao fato de mesmo a internet tendo tanta força, sua força não é concreta, que por qualquer motivo é possível desacreditá-la: *“Qualquer pessoa, medianamente informada ou sem informação alguma, pode manter uma fonte de notícias ou comentários com responsabilidade zero, credibilidade zero, coerência zero”* (Cony, 2016). E a crítica segue numa perspectiva elitizada de domínio da informação, rebaixando os demais envolvidos na construção da notícia pela rede de computadores, como se vê na expressão “qualquer pessoa” que proferirá notícias irresponsáveis, sem credibilidade, incoerentes – *“(…) responsabilidade zero, credibilidade zero, coerência zero”*

Chama a atenção do leitor neste trecho da crônica a repetição da palavra “zero”, merecendo uma nota sobre sua discursividade. Devido à necessidade de diferentes povos em encontrar uma representação para o nada, o vazio, o zero foi descoberto e é considerado uma das criações matemáticas mais importantes do homem: “A falta do zero refletiu por muito tempo na estagnação do desenvolvimento matemático, dificultando até os cálculos elementares” (PADRÃO, 2008, p.32). Sem zero, as dificuldades eram enormes, acredita-se que foi na Índia onde surgiu a primeira representação do número. Foi uma descoberta tão grandiosa, que durante muitos anos mantiveram isso em segredo na Europa, pois isso mudaria as estruturas de poder na época, pois facilitava muito a forma de se efetuar os cálculos. Logo, falar em *zero* reflete a noção conceitual daquilo que não está, ou um vazio a ser preenchido, um espaço a ser completado, na crônica remetendo o sujeito leitor ao fato de que nas notícias da internet faltaria a responsabilidade do jornalista, estaria ausente a confiabilidade da imprensa tradicional, não se concretizaria a coerência entre os fatos narrados e a realidade. Daí a redução a zero.

E, no fechamento da crônica, a retomada da sua opinião sobre não ser a mídia o quarto poder da modernidade, já que o mercado da informação estaria, segundo ele “poluído”, impedindo assim o acesso à verdade dos fatos: “*O mercado da informação, que formaria o poder no mundo moderno, em breve estará tão poluído que dificilmente saberemos o que ainda não sabemos: o que é mentira e o que é verdade*”. Vemos os verbo “formaria” empregado no futuro do pretérito, remete a tudo o que se disse na história sobre o quarto poder, que não se propagará diante da internet, cuja força poluidora tornará o homem ignorante sobre os fatos (“...*dificilmente saberemos o que ainda não sabemos*”), e conclui com a retomada do dilema instaurado no título “(*...o que é mentira e o que é verdade*)”. Ouve-se, neste ponto, uma voz que insiste em dizer que a verdade se instala no que é noticiado pelo jornalismo tradicional, cujas bases ideológicas são tão questionáveis, como bem sabe o leitor, quanto qualquer outra forma de monopólio informativo.

A crônica publicada em 2006 principia uma discussão que hoje se consolidou como fundamental no que se refere à propagação de notícias: as *fakes news*, ou notícias falsas, conceito que tomou as redes sociais nos últimos tempos. O discurso de Cony aponta para essa nova realidade que, por sua vez, só se tornou possível pela competência de sujeitos motivados socialmente para isso, ou seja, esses sujeitos fabricam suas notícias porque como seres ideologicamente constituídos, defendem suas posições, além de terem competência para tal ação, afinal

[...] por trás de cada mentira deliberada deve haver sempre um feito intelectual brilhante. Sim, pois esconder a verdade – e, em seu lugar, inventar uma história sólida e irrefutável – não apenas demanda muita criatividade como pressupõe a capacidade de se pôr mentalmente na pele dos outros: somente quando consegue completar a própria representação a partir ponto de vista do ludibriado é que o mentiroso pode, à maneira de um diretor teatral, ajustar sua atenção para que ela seja convincente (KRAFT, 2004, p.25).

E mais, Delmazo e Valente (2018, p.11) consideram que as notícias falsas e os rumores não foram inventados na contemporaneidade, isto é, já se incorporaram à história do homem e estão apenas sendo parafraseados com maior intensidade devido aos veículos de que dispõem:

Apesar de as notícias fabricadas serem um fenômeno antigo, a disseminação das redes sociais online e a cultura de partilha abrem margem para que a desinformação atinja um novo patamar. Esse problema ganhou visibilidade pela capacidade de influenciar os sistemas políticos, especialmente processos eleitorais, e acentuar a polarização política. (DELMAZO e VALENTE, 2018, p.11)

5. Considerações Finais

Com base na análise realizada neste trabalho, é possível afirmar que Carlos Heitor Cony, em sua crônica “Mentira e Verdade”, escrita para o jornal Folha de S. Paulo, não esconde sua visão elitista no que se refere ao domínio da informação e se coloca contra o uso da internet para fins jornalísticos. Como crítico e observador da sua época, sua proposta discursiva se aproximou de outros dizeres que estão na base das memórias sociais e históricas, apontando para acontecimentos discursivos futuros disseminados pela mídia dominada pela internet. Assim, do ponto de vista do sujeito que fala, temos a voz de um jornalista conservador, consagrado por sua prática e consciente da sua força enquanto formador de opiniões. Entretanto essa mesma posição sujeito exercida por Cony se vê numa situação de ameaça por conta das facilidades de acesso à informação instauradas pelo desabrochar da internet, obrigando o enunciador, diante das circunstâncias, a discursar a favor da “sua verdade”.

6. Referências

- ANDRADE, D. G. **Quarto Poder: A Mídia como forma de poder e sua regulamentação**. Florianópolis: Universidade Federal De Santa Catarina Centro De Ciências Jurídicas Departamento De Direito, 2015
- AUROUX, S. **A revolução tecnológica da gramatização**. Campinas: Editora da UNICAMP, 1992. Trad. Eni P. Orlandi.
- BENDER, F. e LAURITO, I.. **Crônica: história, teoria e prática**. São Paulo: Scipione, 1993.
- BÍBLIA**, Sagrada: Traduzida por Omar de Souza. - São Paulo: Mundo Cristão, 2009.
- CHARAUDEAU, P.. **Discurso das mídias**. Tradução Angela S.M.Corrêa. São Paulo: Contexto, 2009.
- CHAUÍ, M.. Convite à Filosofia Ed. Ática, São Paulo, 2000. In: http://home.ufam.edu.br/andersonlfc/Economia_Etica/Convite%20%20Filosofia%20-%20Marilena%20Chauí.pdf
- CORRÊA, F. S.. Um estudo quantitativo sobre as representações utilizadas por professores e alunos para significar o uso da internet Ribeirão Preto SP 2013 In: https://www.teses.usp.br/teses/disponiveis/59/59137/tde-08102013-162610/publico/Fabiano_Correa_Mestrado.pdf
- DELMAZO, C.; VALENTE. J. C. L.. Fake news nas redes sociais online: propagação e reações à desinformação em busca de cliques. *Media & Jornalismo* vol.18, nº.32 Lisboa, 2018. Disponível em:

<[http://www.scielo.mec.pt/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S218354622018000100012](http://www.scielo.mec.pt/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S218354622018000100012&lang=pt)> Acesso em: 13/11/2019

FIORIN, J. L.. A noção de texto em semiótica. ORGANON – Revista do Instituto de Letras da UFRGS, Vol. 9, n 23. Disponível em: <http://www.seer.ufrgs.br/index.php/organon/article/view/29370/18060>. Acesso em: 09/11/2019

GREGOLIN, M. do R. V.. A análise do discurso: conceitos e aplicações.1995 In:http://www.insite.pro.br/2012/julho/historia_jornalismo_evolucao.pdf. Acesso em: 09/11/2019

GREGOLIN, M. do R. V.. **Análise do discurso e mídia**: a (re)produção de identidades. Comunicação, mídia consumo. São e Paulo; ESPM, Vol. 4., 2007

HENRY, P. A história não existe? In: ORLANDI, E. P. (Org.) [et al.]. **Gestos de leitura: da história no discurso**. Campinas: Editora da UNICAMP, 1994, p. 29-52. Trad. José Horta Nunes. Disponível em: <https://www.dicio.com.br/pulverizar/>. Acesso em:08/09/2019

KRAFT, U.. Ninguém vive sem mentir. 2004. Disponível em: <http://unadonna04br.multiply.com/market/item/4/4> . Acesso em: 11/11/2009

LOPEZ, T. P. A.. A crônica de Mário de Andrade: Impressões que **historiam**. In: CANDIDO, A.. **A crônica**: gênero e suas transformações no Brasil. Campinas. Editora da Unicamp. Rio de Janeiro: Fundação Casa de Rui Barbosa. 1992

MAINGUENEAU, D. C.. Novas tendências em análise do discurso. Campinas: Pontes, 1989. 198p. Tradução de: Nouvelles tendances en analyse du discours. Paris: Hachette, 1987.

MASSAUD, M. **A criação literária**: prosa. São Paulo: Cultrix, 1984.

MEDEIROS, V. G. de. Discurso cronístico: uma “falha no ritual” jornalístico. **Linguagem em (Dis)curso**, Tubarão, v. 5, n. 1, p. 93-118, jul./dez. 2004.

MESSIAS, L. C. da S.. Informação: um estudo exploratório do conceito em periódicos científicos brasileiros da área de Ciência da Informação. Marília .2005. In https://www.marilia.unesp.br/Home/Pos-Graduacao/CienciadaInformacao/Dissertacoes/messias_lcs_me_mar.pdf

MEYER, M.. Voláteis e versáteis. De variedades e folhetins se fez a chonica. In: CANDIDO, A.. **A crônica**: gênero e suas transformações no Brasil. Campinas. Editora da Unicamp. Rio de Janeiro: Fundação Casa de Rui Barbosa. 1992.

MICHAELIS. Moderno Dicionário da Língua Portuguesa. Disponível em: <<http://michaelis.uol.com.br/moderno/portugues/index.php>>. Acesso em: 05/11/2019.

- NEVES, M. de S. Uma escrita do tempo: memória, ordem e progresso nas crônicas cariocas. In: CANDIDO, A.. **A crônica: gênero e suas transformações no Brasil**. Campinas. Editora da Unicamp. Rio de Janeiro: Fundação Casa de Rui Barbosa. 1992
- NUNES, J.H. Uma articulação da análise de discurso com a história das ideias linguísticas. **Letras**, Santa Maria, v. 18, n. 2, p. 107-124, 2008.
- ORLANDI, E. P. **Interpretação: autoria, leitura e efeitos do trabalho simbólico**. Petrópolis: Vozes, 1996.
- PADRÃO, D. L.. A Origem do Zero. Mestrado Profissional em Ensino de Matemática São Paulo 2008. PONTIFÍCIA UNIVERSIDADE CATÓLICA DE SÃO PAULO PUC/SP p 75 In: **<http://livros01.livrosgratis.com.br/cp070573.pdf>**. Acesso em: 11 de novembro de 2019
- PAULON, A., NASCIMENTO, J. V. do , LARUCCIA, M. M.. **Análise do Discurso: Fundamentos Teórico-Metodológicos**. 2014
- RODRIGUES, M. H. C. Gutenberg e o Letramento do Ocidente . Revista Educação e Linguagens, Campo Mourão, v. 1, n. 1, ago./dez. 2012. In **<http://www.fecilcam.br/revista/index.php/educacaoelinguagens/article/viewFile/619/353>**
- SABINO, F. S.. A última crônica. In: **A Companheira de Viagem**. Rio de Janeiro: Record, 1965.